

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 <i>(Em milhares de reais)</i>									
Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21		31/12/22	31/12/21	31/12/22	31/12/21
Geração do valor adicionado									
Venda de produtos, líquidos de devoluções e abatimentos	5.291.605	4.375.675	10.845.278	7.359	95.718	48.392	153.231	65.781	
Outras (Despesas) Receitas	5.312.233	4.315.622	10.845.278	7.466.056	29.717	17.200	29.717	17.200	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.298)	48.804	(14.298)	48.804	65.648	55.183	65.648	55.183	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.614,964)	(2.866,399)	(7.217,678)	(5.087,378)	14.675	14.124	14.675	14.124	
Matérias-primas e material de processo consumidas	(2.915.534)	(2.297.528)	(4.872.907)	(3.318.759)	1.556	1.496	2.649	2.139	
Matérias, energia, serviço de terceiros e outros	(699.330)	(568.871)	(2.344.771)	(1.768.619)	21.569	20.769	62.995	26.110	
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.676.741	1.509.276	3.602.438	2.435.316	306.684	290.349	698.552	318.832	
Retenções:	(140.517)	(141.192)	(348.551)	(367.668)	245.037	213.172	491.079	221.217	
Depreciações e amortizações	13 e 14	13 e 14	13 e 14	13 e 14	53.080	68.236	197.849	88.362	
Impostos e taxas municipais e outros					8.567	8.941	9.624	9.253	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	151.212	158.084	3.253.887	2.067.648	180.213	136.078	241.214	195.179	
Participação no resultado das controladas	12	12	12	12	29	176.779	158.607	221.484	207.021
Resultados financeiros	29	29	29	29	2.434	(22.529)	19.730	(11.842)	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.887.336	1.373.601	3.353.247	2.115.630	508.272	204.208	502.221	202.912	
Distribuição do valor adicionado									
Do trabalho	892.167	742.966	1.911.260	1.398.707	65.378	-	65.378	-	
Colaboradores(as)	620.164	548.964	1.539.215	1.181.332	442.894	204.208	436.843	202.912	
Encargos sociais - FGTS	43.130	36.838	43.130	36.838	1.887.336	1.373.601	3.353.247	2.115.630	

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS

tais passivos evolvem o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. **Nota 24.2.6. Políticas contábeis específicas da Companhia. a. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estando sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo. As condições de rentabilidade de aplicações estão apresentadas na nota 3. **b. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, ajustado ao valor real líquido, quando aplicável. A análise para a constituição de provisão, em acordo com as normas da Companhia, considera a aplicabilidade, e capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência. **c. Provisões:** São revisadas e ajustadas a cada data base de apresentação das demonstrações financeiras. **Nota 5. c. Ferramentais:** Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos com clientes. São avaliados pelo custo de aquisição e construção, deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de realização, quando aplicável. Tais ferramentais estão suportados por contrato de comodato, para serem utilizados no processo produtivo e são faturados mediante aceite dos clientes. **Nota 6. d. Ativos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração:** As classificações dos ativos financeiros são baseadas no modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos, considerando os seus objetivos e o fluxo de caixa contábil, e não o valor justo por meio do resultado. **(ii) Mensuração:** Subsequente à aquisição, os ativos financeiros são classificados em função de sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **• Ao custo amortizado:** Devem ser mensurados ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **• Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Devem ser mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingir tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **• Ao valor justo por meio do resultado:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **(iii) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e se estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte, incluindo análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, no ambiente de risco e informações prospectivas. Evita-se o uso de perda líquida ou valor recuperável pelo índice indicadores que os valores totais do ativo financeiro estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. **(v) Desreconhecimento:** O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou expiram ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(vi) Instrumentos financeiros derivativos e hedge de investimento líquido no exterior:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição às taxas de câmbio. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia utiliza operações de derivativos financeiros "2C" e "2D" como instrumento para minimizar os riscos decorrentes da variação cambial sobre sua receita operacional. Os instrumentos derivativos financeiros controlados pela Companhia, são classificados como derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado e, dessa forma, todos as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente no resultado financeiro. O valor justo total de um instrumento financeiro derivativo é classificado como não circulante, quando o vencimento do contrato for superior a 12 meses. **Hedge de investimento líquido no exterior:** A Companhia designa empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira como instrumento de hedge para proteção do risco de variação cambial proveniente de investimentos mantidos pela Companhia no exterior oriundos da conversão dos referidos investimentos para moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. No início de cada operação a Companhia documenta: **•** a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge; **•** os objetivos da gestão de risco; **•** a estratégia para a realização de ganho em aberto, utilizando o hedge de avaliação; **•** os instrumentos de hedge e os valores a serem mensurados no balanço patrimonial. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia representam compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram substancialmente os fluxos de caixa da Companhia, nem mesmo a essência econômico-financeira de tratar-se de transações operacionais de suprimento e compra de bens ou serviços para a Companhia em montantes não relevantes nos exercícios de 2022 e 2021. Considerando tais características e a essência dessas transações, a Companhia possui como prática contábil reconhecer os respectivos passivos financeiros oriundos dessas transações na rubrica de Fornecedores. (Nota 16). Na operação realizada pela unidade de Betim, por decisão da subsidiária, a instituição financeira efetuava o pagamento ao fornecedor no vencimento original da transação e a substituição pagadia à instituição financeira em prazo superior ao original contratado com incidência de encargos financeiros. Desta forma, para tais operações a Companhia possuía como prática contábil reconhecer tais passivos financeiros na rubrica de Financiamentos e empréstimos. Referida operação foi descontinuada pela subsidiária em agosto de 2022. **h. Benefícios a empregados:** A Companhia possui planos de benefícios definidos para os empregados do México que são financiados por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui plano de contribuição definida para os empregados no Brasil. O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando o taxa de juros consistente com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado. Com relação ao plano de pensão da Companhia no Brasil, a Companhia faz contribuições para plano de pensão privado de forma contratada ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. (Nota 21 e 23). **i. Adiantamentos de clientes:** Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais que serão utilizados no processo produtivo. São registrados pelos valores contratuais e atualizados pela variação cambial quando aplicável e liquidados quando do faturamento do objeto da transação. A receita proveniente do adiantamento de clientes quando da conclusão da construção de ferramentais e com a aprovação do ferramental pelo cliente. (Nota 23). **j. Remanejamento com base em ações:** A Companhia possui plano de remuneração com base em ações para Administradores. A parte da remuneração variável desses Administradores é liquidada através da emissão ou troca de instrumentos de patrimônio líquido da Companhia. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. (nota 26). **k. Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa é avaliada a qualquer provisão e apresentada na demonstração do resultado, líquido de qualquer reembolso. **l. Receitas:** As receitas são apresentadas líquidas dos tributos e descontos incidentes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são feitas e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando: **•** o valor das vendas é mensurável de forma confiável; **•** a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta; **•** os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável; **•** é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; **•** e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Esses critérios de reconhecimento da receita, normalmente estão atrelados à entrega física das mercadorias, seja nas instalações do cliente ou da Companhia, a depender do tipo de fide contratado. Para contratos que permitam ao cliente devolver os produtos, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significável no valor da receita acumulada não ocorrerá. (nota 27). **m. Impostos diferidos:** As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos. De igual forma, as aquisições de mercadorias, de serviços, de ativos e as

Participação nos lucros ou resultados Honorários da administração Saldos e segurança no trabalho Alimentação Educação, capacitação e desenvolvimento profissional Outros valores **Do governo** **306.684** **290.349** **698.552** **318.832** Impostos, taxas e contribuições federais Impostos e taxas estaduais Impostos e taxas municipais e outros **Do capital de terceiros** **180.213** **136.078** **241.214** **195.179** Despesas financeiras Variações monetárias e cambiais líquidas **Do valor adicionado** **508.272** **204.208** **502.221** **202.912** Acionistas (dividendos) Lucros retidos **TOTAL DO VALOR ADICIONADO** **1.887.336** **1.373.601** **3.353.247** **2.115.630**

despesas, executando as situações em que, nas aquisições, os impostos não forem passíveis de crédito, hipótese em que tais impostos são reconhecidos como parte do custo de aquisição da mercadoria, do serviço, do ativo e da despesa, conforme o caso. O valor dos impostos incidentes nas vendas e nas aquisições são incluídos como componente dos valores a receber ou pagar no balanço da Companhia. O valor dos impostos, após sua apuração, (contrapondo os créditos pelas aquisições e os débitos pelas saídas), apresentado saldo recuperável ou a pagar e são apresentados no balanço patrimonial como ativo ou passivo, respectivamente. Esses encargos estão deduzidos da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumetividade do PIS/COFINS e o ICMS são apresentados na demonstração do resultado deduzidos do custo dos serviços prestados. **n. Informação por segmento:** Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações: **•** Segmento transporte de carga, infraestrutura, agricultura e geração de energia; **•** Segmento de distribuição. A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho, que tem como principais indicadores o EBITDA e o lucro operacional que, em alguns casos, é medido de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional das demonstrações financeiras consolidadas. Os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados de forma consolidada, não sendo alocados aos segmentos operacionais. Receitas financeiras e custos financeiros, além de ganhos e perdas a valor justo sobre ativos financeiros, não são alocados a segmentos individuais, uma vez que instrumentos sujeitos aos administrados de forma agrupada. Impostos correntes, impostos diferidos e determinados ativos e passivos financeiros não são alocados a esses segmentos, uma vez que também são administrados de forma agrupada. Dispêndios de capital consistem em adições de imobilizado, ativos intangíveis e propriedades para investimento, incluindo ativos originados da aquisição de subsidiárias. **27. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC. a. Novas normas:** A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estejam vigentes. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro). A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Esta norma não impacta a Companhia. **Alterações no CPC 25/IAS37 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:** A Companhia adotou inicialmente as alterações propostas pelo IASB em dezembro de 2018, com o intuito de cumprir o termo de um contrato, a partir de 1º de janeiro de 2022. Incluindo tanto os custos incrementais quanto a alocação de outros custos diretos na identificação de um contrato oneroso, a Companhia analisou e determinou que nenhum contrato seria identificado como oneroso, assim, não há impacto nos saldos patrimoniais iniciais em 1º de janeiro de 2022 como resultado dessa alteração. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: **•** O que significa um direito de postergar a liquidação; **•** O que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; **•** Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e, **•** Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio, os termos de um passivo não afetam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem que as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações são vigentes para períodos iniciados em, após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 28 (R1)) no qual fornece guias e exemplos para ajudar as entidades a aplicar o julgamento sobre a materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas, para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	Consolidado
	dez/22	dez/21
Caixa e bancos no país	3.200	9.177
Aplicações financeiras no país	625.633	642.678
Aplicações financeiras no exterior	75.913	59.869
Total a vencer	704.746	712.364

As aplicações financeiras apresentadas como caixa e equivalentes de caixa são títulos de liquidez imediata e representam risco insignificante de mudança de valor. No país, as aplicações são remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com taxa média equivalente de 12,45% ao ano (a taxa média de 4,56% a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro o exercício de 2021). No exterior as aplicações são predominantemente em Dólar norte americano (US\$) e remuneradas à taxa média de 2,08% ao ano (0,21% ao ano em 31 de dezembro de 2021) denominadas time deposit overnight. O saldo caixa e equivalente de caixa de 31 de dezembro de 2022 carece RS 243.132 da adquirida MWM Tupy do Brasil Ltda. Referido valor será resarcido à vendadora assim que concluídos os procedimentos relativos ao ajuste de preço a ser definido entre as partes (Companhia e Navistar International Corporation) em conformidade com o contrato de compra e venda firmado. (nota 39). A Companhia opera com instituições de primeira linha conforme detalha na nota 37.1.

4. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber de clientes, indicados por mercado e por prazo de recebimento, estão refletidos abaixo:

	Controladora	Consolidado
	dez/22	dez/21
Market externo	176.808	156.108
Mercado interno	868.056	638.762
Estimativa para perdas em recebíveis	(9.309)	(4.439)
Total a receber	1.035.555	684.487

O saldo de contas a receber do mercado interno é denominado em Real e do mercado externo predominantemente em Dólar norte americano e em menor escala em Euro. A variação do contrato a receber decorre, principalmente, do aumento de volume nas unidades Betim no Aveste, após aquisição em outubro de 2021 e da combinação de negócios pela aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda em 1º de dezembro de 2022. Adicionalmente, a conta foi impactada por reajustes nos preços de venda no período, em comparação com o exercício anterior e reduzido em parte pela valorização do Real frente ao Dólar norte americano (US\$) que passou de RS 5,5805 em 31 de dezembro de 2021 para RS 5,2177 em 31 de dezembro de 2022. O montante de contas a receber da Controladora, no mercado no exterior, inclui valores referentes a vendas para partes relacionadas que são eliminados na consolidação, no montante de RS 783.44 (RS 392.066 em 31 de dezembro de 2021). (nota 10)

5. ESTOQUES

	Controladora	Consolidado
	dez/22	dez/21
Produtos acabados	223.862	189.643
Produtos em elaboração	154.674	99.455
Matérias-primas	121.402	128.691
Matérias de manutenção e outros	37.091	34.308
Provisão para perdas	(117.723)	(15.677)
Total	519.306	436.420

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, ajustado ao valor real líquido (provisão para perdas com formas políticas internas), quando aplicável. O acréscimo observado no saldo dos estoques reflete a forte injeção de preços das matérias primas observada no período, a combinação de negócios pela aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda. (nota 39) sendo parcialmente mitigado pela valorização do Real frente ao Dólar norte americano, que passou de RS 5,5805 em 31 de dezembro de 2021 para RS 5,2177 em 31 de dezembro de 2022. A provisão para perdas apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora	Consolidado
	dez/22	dez/21
Saldo inicial	(4.439)	(9.236)
Combinação de negócios	15.812	(5.613)
Adições	22.038	(5.613)
Reversões	15.812	12.552
Baixas (*)	1.356	(2.142)
Saldo final	(9.309)	(4.439)

(*) Conta a receber de clientes baixadas durante o exercício como inadmissíveis

6. FERRAMENTAIS

	Controladora	Consolidado
	dez/22	dez/21
Ferramentais Mercado Interno	28.210	23.055
Ferramentais Mercado Externo	42.092	36.127
Total	70.402	59.182

O acréscimo no período decorre da construção de projetos de ferramentais definido junto aos clientes.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

A partir do ano 2019 a Companhia passou a receber os tributos sobre o lucro real em bases trimestrais. Em alguns períodos anteriores foi aprovada a utilização do lucro real em bases trimestrais. Referidos valores foram utilizados para compensação de tributos federais devidos pela Companhia, em especial o próprio Imposto de Renda e a Contribuição Social ou ressarcimento em espécie no caso das controladas do México.

	dez/22	dez/21
Circulante	8.069	30.124
Imposto de renda	6.069	21.616
Contribuição social	-	8.508
Controladas	39.358	-
Imposto de renda	39.343	-
Contribuição social	15	-
Consolidado	47.427	30.124

8. DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora	Consolidado
	dez/22	dez/21
Circulante	102	1.337
ICMS a recuperar - SP (a)	102	-
ICMS a recuperar - SC (a)	20.569	5.503
Benefício Reintegra (b)	795	-
COFINS, PIS e IPI a recuperar (c)	38.596	6.778
Consolidado	60.052	12.281

a. ICMS a recuperar: São créditos decorrentes das compras de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura de produtos exportados e de compras de ativos imobilizados realizados na sua origem, em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável. Em Santa Catarina a Companhia vem realizando mediante transferências a terceiros e com a ampliação do regime do Pro-Êmprego, que difere a cobrança do ICMS nas compras de materiais e energia. O crédito acumulado em São Paulo tem origem na combinação de negócios pela aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda. (nota 39). Referido crédito foi constituído ao longo dos anos, em especial em 2018 devido essencialmente aos pagamentos de ICMS no desmembramento aduaneiro de mercadorias realizado dentro do estado de São Paulo sem contrapartida equivalente de consumo (débitos) em vista da representatividade na operação das atividades exportadoras (sentes) e das vendas interestaduais realizadas sob alíquota inferior à praticada no referido desmembramento. O acúmulo foi mitigado após concessão de Regime Especial de Importação pelas autoridades fazendárias do estado, garantindo suspensão do referido tributo em todas as operações de internalização de matéria prima procedente do exterior. Também aderiu a diferentes regimes/procedimentos previstos na legislação federal e estadual com destaque para as seguintes iniciativas: **•** RECOF - Regime Aduaneiro de Entrepósito Industrial sob Controle Intermediário; **•** RESE - Regime Especial Simplificado de Exportação (Estado de São Paulo); **•** E-Credac - Portaria CAT 26 / 2010; a Controlada realizou o encaminçamento documental e obteve despesas favoráveis legitimando o crédito no montante de R\$ 48.927 em 31 de dezembro de 2022. Após na busca da realização deste ativo encontram-se em andamento, tanto em viabilizar algum convênio para minimizar o acúmulo de créditos quanto de maximizar geração de débitos. No entanto, diante das incertezas quanto ao efetivo consumo e o expressivo saldo do credor em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconhece provisão de impairment de R\$ 61.933. Referida estimativa foi aplicada na mensuração do balanço de abertura base para a combinação de negócios (nota 39). **b. Benefício Reintegra:** Créditos decorrentes do benefício instituído pela Medida Provisória 540 de 2 de agosto de 2011 e restituído pelo Lei nº 13.043/14, regulamentado pelo Decreto nº 8.419/15, com alterações pelo Decreto 8.543/15, que prevê a redução de 50% do imposto composto, materialmente, pelo crédito proveniente de resíduo tributário não decorrente na cadeia produtiva, conforme previsto na Lei nº 13.043/14. No entanto, considerando as recentes decisões divergentes no âmbito do STJ, em casos análogos, entendeu-se que o ativo até então registrado, se tornou contingente, sendo baixado e reconhecido em outras despesas operacionais. (nota 30). **c. PIS, COFINS e IPI a recuperar:** São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo e são compensados com os tributos incidentes na venda de mercadorias e para compensação de outros tributos federais para a parcela de origem proporcional às receitas de exportação. Para os créditos de origem proporcional às receitas do mercado interno a utilização se dá pela compensação em conta gráfica. A combinação de negócios pela aquisição da MWM Tupy do Brasil Ltda trouxe ativo de PIS e COFINS de origem da exclusão do ICMS da base de cálculo, no montante valor de R\$ 218.760. Deste montante R\$ 168.780 serão resarcidos à vendadora à medida que forem utilizados pela adquirida (nota 39). **d. Imposto sobre valor agregado - IVA:** São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo das controladas no México e das exportações, a partir das vendas adquiridas em 1º de outubro de 2021, com desmembramento na Itália. Referidos créditos são reembolsados regularmente pelas respectivas autoridades fiscais.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS, LÍQUIDOS

A composição dos créditos e débitos fiscais diferidos, originários de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as contas do balanço, está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	dez/22	dez/21
Ativo diferido	178.723	223.308
Prejuízo fiscal IPRJ e base negativa CSLL	56.222	60.489
Provisões para contingências	38.931	39.760
Impostos e contribuições a recuperar	24.963	30.288
Impairment imobilizado	3.441	4.563
Salários, encargos sociais e participações	13.895	9.371
Provisão para perdas no contas a receber		

consolidado

As atividades operacionais das controladas estão divulgadas na nota 2.2. Os direitos a receber (Nota 4) e as receitas de vendas da Controladora com suas controladas são representadas basicamente por operações de venda de mercadorias do segmento de transporte de carga, infraestrutura, agricultura e geração de energia. Os valores respitam as tabelas de preços de vendas praticadas pela Companhia e os prazos são de 60 a 90 dias, conforme estabelecido entre as partes. Em 31 de dezembro de 2022 as partes relacionadas não apresentavam títulos em atraso por questões de inadimplência e por isso a Controladora não possui provisão para perda desses recebíveis. O contrato de mútuo entre a Controladora e a Tupy Minas Gerais Ltda, existente em 31 de dezembro de 2021 foi capitalizado em 31 de março de 2022 (nota 12.c). Títulos a pagar e outros referentes a contas correntes entre as Controladas no exterior e a Controladora basicamente por assistência técnica no segmento de transporte de carga, infraestrutura, agricultura e geração de energia, com prazo de 30 a 60 dias, conforme estabelecido entre as partes. As condições do empréstimo concedido pela Tupy Overseas S.A. para a Controladora estão divulgadas na nota 17. As demais operações correspondem a contratos de mútuo a pagar entre controladas no Brasil e a Companhia, com prazo de amortização, remuneradas pela variação da TR - Taxa Referencial. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas, referem-se a venda de ativo imobilizado da linha de usinagem do Brasil para as subsidiárias Technocat S.A. de C.V. e Tupy México S.A. de C.V. b. **Principais acionistas:** A Companhia tem como principais acionistas a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e a PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. c. **Remuneração dos administradores:**

	Conselho de Administração		Diretoria Executiva		Total
	2022	2021	2022	2021	
Remuneração Fixa	4.690	4.353	7.390	6.851	12.080
Remuneração Variável	-	-	13.287	2.726	13.287
Remuneração baseada em ações	317	473	4.033	2.797	4.350
	5.007	4.826	24.710	12.374	29.717

12. INVESTIMENTOS

a. Composição dos investimentos

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo)	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
		Ágio (Goodwill)					
Em 31 de dezembro de 2022							
Investimentos em Controladas							
Tupy Materiais & Components B.V.(**)	2.263.297	1.925.027	-	41.226	146.940	100,00	1.994.307
Tupy Overseas	2.016.340	39.812	-	-	38.055	100,00	38.055
Tupy American Foundry Co.	501.302	208.969	-	-	16.451	100,00	20.458
Tupy Europe GmbH	572.226	247.725	-	-	21.973	100,00	26.170
Tupy Minas Gerais Ltda.	1.004.077	247.755	-	45.199	8.023	100,00	8.937
MWM Tupy do Brasil Ltda.	1.996.782	1.144.005	-	212.909	11.984	100,00	1.356.914
Tupy Agroenergética Ltda.	15.079	14.409	-	-	1.830	100,00	1.830
Sociedade Técnica de Fundições Gerais SA - Sofunge "em liquidação"	2.507	(875)	-	(704)	-	100,00	(704)
							261.396
							4.136.047

(**) Ajustado pelos lucros não realizados.

(**) Controladora das operações de México e Portugal.

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo)	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
		Ágio (Goodwill)					
Em 31 de dezembro de 2021							
Investimentos em Controladas							
Tupy Materiais & Components B.V.(**)	2.174.224	1.933.207	-	41.226	(39.246)	100,00	(30.681)
Tupy Overseas	2.116.761	1.759	-	-	(26.360)	100,00	(26.360)
Tupy American Foundry Co.	398.311	205.115	-	-	16.439	100,00	14.877
Tupy Europe GmbH	573.048	252.141	-	-	17.062	100,00	15.808
Tupy Minas Gerais Ltda.	778.866	(15.114)	-	-	(11.720)	100,00	(17.950)
Tupy Agroenergética Ltda.	14.322	12.579	-	-	149	100,00	149
Sociedade Técnica de Fundições Gerais SA - Sofunge "em liquidação"	2.514	(171)	-	(312)	-	100,00	(312)
							(44.469)
							2.402.961

(**) Ajustado pelos lucros não realizados.

(**) Tupy S.A. 99% e Tupy Agroenergética 1%.

b. Movimentação dos investimentos

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo)	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
		Ágio (Goodwill)					
Saldo em 31 de dezembro de 2020							2.307.818
Participação no resultado das controladas							(44.469)
Variação cambial de investidas no exterior							137.835
Combinação de negócio							1.777
Saldo em 31 de dezembro de 2021							2.402.961
Participação no resultado das controladas							261.396
Variação cambial de investidas no exterior							(188.047)
Aumento de capital Tupy Minas Gerais							299.977
Realização de mais valor sobre estoques							(5.171)
Combinação de negócio (nota 39)							1.344.931
Saldo em 31 de dezembro de 2022							4.136.047

O resultado da equivalência patrimonial é reconhecido no resultado do exercício e a variação cambial de investidas no exterior é reconhecida no resultado abrangente e compõe o saldo da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. c. **Tupy Minas Gerais Ltda.** Em 31 de março de 2022 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a conversão do mútuo com a Controladora em capital social. Em 01 de abril e 19 de agosto de 2022 foram transferidos, a título de integralização de capital, os montantes de R\$ 100.000 e R\$ 52.233 respectivamente.

13. IMOBILIZAÇÃO

a. Movimentação do ativo imobilizado

Controladora	Custo	Máquinas, instalações e equipamentos		Edificações		Terrenos		Veículos		Móveis, utensílios e outros		Direito uso de ativos		Imobilizações em andamento		Total
		2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.718.484	362.866	8.948	21.844	6.063	19.724	29.033	2.166.962								
Adições	72.962	6.550	3.667	620	2.277	58.202	144.278									
Baixas	(16.827)	(104)	(1.230)	(1)	-	(18.162)	-									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.774.619	369.312	8.948	24.281	6.682	22.001	87.235	2.293.078								
Adições	123.579	14.767	8.774	1.143	5.562	47.157	201.002									
Baixas	(75.380)	(3.252)	(2.113)	(2.143)	-	(82.891)	-									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.822.818	380.844	8.948	30.942	6.282	27.563	134.392	2.411.189								
Depreciação em 31 de dezembro de 2020	(1.332.895)	(181.857)	-	(15.998)	(4.200)	(10.929)	(1.545.879)									
Depreciação no período	(11.319)	(1.315)	-	(1.741)	(356)	(6.244)	(129.868)									
Baixas	15.398	104	-	1.620	1	16.433	-									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.427.513)	(193.072)	-	(16.179)	(4.597)	(17.363)	(1.659.254)									
Depreciação no período	(107.233)	(13.690)	-	(1.714)	(455)	(5.978)	(129.076)									
Baixas	80.521	1.661	-	1.881	1.905	-	85.968									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.454.225)	(205.107)	-	(16.552)	(3.147)	(23.331)	(1.702.362)									
Valor contábil																
Em 31 de dezembro de 2021	347.106	176.240	8.948	7.562	2.085	4.648	87.235	633.824								
Em 31 de dezembro de 2022	368.593	175.737	8.948	14.390	2.535	4.232	134.392	708.827								

Controladora	Custo	Máquinas, instalações e equipamentos		Edificações		Terrenos		Veículos		Móveis, utensílios e outros		Direito uso de ativos		Imobilizações em andamento		Total
		2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.718.484	362.866	8.948	21.844	6.063	19.724	29.033	2.166.962								
Adições	72.962	6.550	3.667	620	2.277	58.202	144.278									
Baixas	(16.827)	(104)	(1.230)	(1)	-	(18.162)	-									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.774.619	369.312	8.948	24.281	6.682	22.001	87.235	2.293.078								
Adições	123.579	14.767	8.774	1.143	5.562	47.157	201.002									
Baixas	(75.380)	(3.252)	(2.113)	(2.143)	-	(82.891)	-									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.822.818	380.844	8.948	30.942	6.282	27.563	134.392	2.411.189								
Depreciação em 31 de dezembro de 2020	(1.332.895)	(181.857)	-	(15.998)	(4.200)	(10.929)	(1.545.879)									
Depreciação no período	(11.319)	(1.315)	-	(1.741)	(356)	(6.244)	(129.868)									
Baixas	15.398	104	-	1.620	1	16.433	-									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.427.513)	(193.072)	-	(16.179)	(4.597)	(17.363)	(1.659.254)									
Depreciação no período	(107.233)	(13.690)	-	(1.714)	(455)	(5.978)	(129.076)									
Baixas	80.521	1.661	-	1.881	1.905	-	85.968									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.454.225)	(205.107)	-	(16.552)	(3.147)	(23.331)	(1.702.362)									
Valor contábil																
Em 31 de dezembro de 2021	347.106	176.240	8.948	7.562	2.085	4.648	87.235	633.824								
Em 31 de dezembro de 2022	368.593	175.737	8.948	14.390	2.535	4.232	134.392	708.827								

Imobilizações em andamento contemplam vários investimentos na sustentação da capacidade, meio ambiente, segurança do trabalho, projetos de ampliação da capacidade de usinagem nas plantas mexicanas e desenvolvimento de projetos estratégicos. b. **Impairment de ativos não financeiros:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia revisou indicadores de recuperabilidade de seus ativos e não identificou a necessidade de reconhecimento de impairment. c. **Depreciação:** A Companhia deprecia a mobilização pelo método linear, utilizando as vidas úteis médias baseadas em laudo elaborado por especialistas, demonstradas a seguir.

Consolidado	vida útil média
Máquinas, instalações e equipamentos	18 anos
Edificações	41 anos
Veículos	5 anos
Móveis, utensílios e outros	14 anos

d. **Capitalização de juros e encargos financeiros:** A Companhia reconhece como custo de formação dos ativos os juros e encargos financeiros incorridos durante o exercício de construção, para os ativos qualificados. O montante registrado no exercício fim de 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$ 1,175 (R\$ 2,446 durante o exercício de 2021). e. **Garantias:** Bens do ativo imobilizado da Companhia, no montante de R\$ 2,665 (R\$ 5,821 em 31 de dezembro de 2021), estão dados em garantia de empréstimo e financiamento em nome do grupo de 2025, representando 120% do saldo em aberto. E, como garantia a processos tributários, o montante de R\$ 5,895 (R\$ 5,895 em 31 de dezembro de 2021), pelo valor do custo original do bem. f. **Valores seguros:** Os ativos imobilizados estão seguros contra incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. (nota 34). g. **Transações que não impactaram no caixa:** A Companhia realizou transações que não impactaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa. As montantes destas transações somaram R\$ 23,919 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 38,661 em 31 de dezembro de 2021).

14. INTANGÍVEIS

Controladora	Software	Projetos próprios		Projetos em Andamento		Total
		2022	2021	2022	2021	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	41.890	2.126	8.874	52.890		
Aquisição/custos	1.754	3.489	1.857	7.100		
Amortização	(8.665)	(1.719)	-	(11.384)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	33.979	3.896	10.731	48.606		
Aquisição/custos	6.713	2.899	1.619	11.231		
Amortização	(9.423)	(2.009)	-	(11.441)		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.260	4.786	12.350	49.396		

continuação

nha aprovou a abertura do programa de recompra de ações para atendimento ao programa de incentivo de longo prazo. O prazo máximo para aquisição é 13 de novembro de 2023 e o limite de ações para recompra é de 4.000.000 de ações ordinárias de sua própria emissão.

Quantidade de opções			
Valor	Quantidade	Valor médio	Valor médio
(R\$ mil)	de ações	por ação	por ação
374	24.656	15,17	
Utilizadas no período do plano de remuneração em ações (i)	(374)	(24.656)	15,17
Recompra de ações no exercício (ii)	5	300	17,71
Posição em 31 de dezembro de 2021	5	300	17,71
Recompra de ações no exercício (iii)	1.819	77.556	23,45
Utilizadas no período do plano de remuneração em ações (i)	(1.373)	(57.373)	23,93
Posição em 31 de dezembro de 2022	451	20.483	22,02

(i) Ações utilizadas no exercício de outorga previsto pelo Programa para a outorga de opções de compra de ações. (ii) Em decorrência da combinação de negócios (nota 38) os acionistas tiveram o direito de retirar-se da Companhia mediante reembolso do valor de suas ações calculado com base no patrimônio líquido contábil da Companhia em 31 de dezembro de 2021, conforme laudo de avaliação elaborado nos termos do § 1º do art. 256 da Lei da S.A. Houve o reembolso da totalidade da participação de um acionista correspondente a 300 ações pelo valor total de R\$5.313,00. As ações serão mantidas em tesouraria. (iii) Corresponde a recompras efetuadas no exercício com o objetivo de manter o plano de Incentivos de Longo Prazo (ILP). As recompras foram efetuadas conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração, cujo menores e maiores preços obtidos foram R\$20,51 e R\$26,24 respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 561.577,55. e) **Planos de Opção de compra de ações:** A Companhia possui atualmente dois planos de incentivos de longo prazo em aberto. Os planos de opções da Companhia têm como objetivos principais: (i) assegurar a competitividade dos níveis de remuneração total praticados; (ii) suportar o alinhamento de interesses dos beneficiários aos dos acionistas da Companhia, (iii) motivar e reconhecer os participantes, (iv) ampliar os níveis de comprometimento dos executivos com a geração de resultados sustentáveis; e (v) reforçar o poder de retenção dos principais líderes da Companhia. **Outorgas 2019 a 2021:** Em abril de 2019, a Assembleia Geral aprovou o plano de outorga de ações ao nível de presidente, vice-presidente ou diretor da Companhia (Beneficiários), desde que atendidas determinadas condições de performance e de permanência, como Incentivos de Longo Prazo (ILP). A quantidade de unidades concedidas é o resultado entre o montante bruto em reais convertidos pela média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) referente ao mês de março anterior à concessão. A quantidade de unidades a ser efetivamente convertida em Ações de performance do beneficiário ao final do período de carência (3 anos) depende de dois critérios de performance: • Abaixo: 50% das unidades, se baseada no TSR - Total Shareholder Return real da Companhia, isto é, incremental ao IPCA. • Relativa: 50% das unidades, se baseada no TSR - Total Shareholder Return da Companhia em comparação a um grupo de empresas selecionadas. Os Beneficiários têm direito as ações que lhes foram outorgadas, após 3 anos contados a partir da data da outorga (Vesting), observado o atingimento dos critérios acima.

Quantidade de opções					
Outorgas	Exercício	Cancelamentos	Opções em circulação	Opções de ações exercíveis	Opções de ações exercíveis
Outorga concedida em 11.04.2019	288.029	(22.904)	(221.020)	44.105	
Outorga concedida em 11.04.2020	369.483	-	-	369.483	
Outorga concedida em 11.04.2021	324.418	-	-	324.418	
Posição em 31 de dezembro de 2022	981.930	(22.904)	(221.020)	738.006	

Outorgas 2023 a 2024: Em abril de 2022, a Assembleia Geral aprovou o plano de outorga de ações ao nível de presidente, vice-presidente, diretor e gerente da Companhia (Beneficiários), desde que atendidas determinadas condições de performance e de permanência, como Incentivos de Longo Prazo (ILP). A quantidade de unidades concedidas é o resultado entre o montante bruto em reais convertidos pela média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) referente ao mês de março anterior à concessão. A quantidade de unidades a serem outorgadas serão divididas entre unidades de ações restritas e unidades de ações por performance, que será determinada pelo Conselho de Administração a cada outorga. Bem como, os conceitos e metodologias a serem utilizados no cálculo. Os Beneficiários têm direito as ações que lhes foram outorgadas, após 3 anos contados a partir da data da outorga (Vesting), observado o atingimento dos critérios de cada outorga.

Quantidade de opções					
Outorgas	Exercício	Cancelamentos	Opções em circulação	Opções de ações exercíveis	Opções de ações exercíveis
Outorga concedida em 11.04.2022	512.852	-	-	512.852	
Posição em 31 de dezembro de 2022	512.852	-	-	512.852	

d) Ajuste de avaliação patrimonial: É composto pela variação cambial na conversão dos balanços patrimoniais das controladas que operam com moeda funcional diferente da moeda de apresentação destas demonstrações financeiras, conforme relação divulgada nota 2.4, e impactos informados na nota 13, tendo como contrapartida o resultado do hedge de investimento líquido no exterior (nota 35). Também estão refletidos os saldos de reavaliações de ativos efetuadas em 1990 nas contas de terrenos e edificações e em 2005 na conta de máquinas e equipamentos. O saldo resultante das respectivas reservas em 31 de dezembro de 2022 e R\$8.278 (R\$8.140) em 2021 e R\$7.858 (R\$11.524 em 2021) que foi admitido como parte integrante do valor do custo dos respectivos bens. A realização contra a conta de lucros acumulados ocorre na proporção da depreciação dos ativos correspondentes, quando aplicável. **e) Reservas de lucro:** Reserva legal: É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva para investimentos:** É constituída em montante não inferior a 5% do lucro líquido até o limite de 50% do capital social, apurado em cada exercício social e o saldo, em conjunto com as demais reservas de lucro, exceto as para contingências, e incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá exceder o valor do capital social.

Reserva para investimentos					
Constituição	(reversão)	Distribuição	Capitalização	Saldo	Expansão (*)
2007	46.963	-	-	46.963	-
2008	31.295	-	-	178.258	79.864
2009	98.886	-	-	277.144	65.776
2010	37.440	-	-	374.584	61.080
2011	125.014	-	-	493.588	135.133
2012	48.220	-	(138.650)	403.162	103.035
2013	71.646	-	-	480.800	93.427
2014	73.987	-	-	554.895	84.364
2015	118.151	-	-	672.894	42.931
2016	(169.573)	(100.358)	-	403.113	20.046
2017	156.851	(200.000)	-	359.764	36.052
2018	268.948	(162.500)	-	466.212	43.200
2019	275.455	(125.000)	-	616.667	130.083
2020	(67.231)	-	-	549.436	41.713
2021	199.518	(62.300)	-	686.654	106.296
2022	424.671	(65.102)	-	1.046.223	138.315
				1.046.223	1.187.315

(*) Referem-se aos investimentos estratégicos para expansão da capacidade produtiva. **f) Destinação dos resultados:** É assegurado aos acionistas, por meio do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 2022, R\$ 490.049 foram destinados à conta de reserva para investimentos, incorporando a base utilizada para distribuição de dividendos do exercício. Em 2021 foram adicionados R\$199.518. A distribuição realizada em 2022 foi suportada por reservas de lucros, do subgrupo de reservas para investimentos, e foi imputada ao dividendo mínimo obrigatório de acordo com o estatuto social da Companhia na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. Os dividendos propostos para deliberação em Assembleia Geral de Acionistas, no montante de R\$ 65.378, somados a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio deliberadas pelo Conselho de Administração em 2022, no montante de R\$ 65.102 correspondem ao mínimo obrigatório de 25%. Em 31 de dezembro de 2022 a soma das reservas de lucros excederam o Capital Social em R\$ 11.302, após feitas todas as destinações previstas na legislação societária. Conforme previsto no Art. 199 da Lei 6.404/76, a Administração irá propor à Assembleia Geral de Acionistas aumento do Capital Social. As tabelas a seguir apresentam a forma utilizada (Juros sobre o Capital Próprio - JCP ou Dividendos), as datas das deliberações do Conselho de Administração, as datas dos pagamentos, os valores brutos e líquidos de IRRF e os valores por ação. Tabela demonstrativa do cálculo dos dividendos de 2022.

	dez/22	dez/21
Base de cálculo dos dividendos		
Lucro líquido do exercício	508.272	204.208
Constituição de reserva legal (5%)	25.414	10.210
	482.858	193.998

Proposta de distribuição (*)
Juros sobre o capital próprio bruto 65.102 62.300
Dividendos 65.378 62.300
130.480 124.600

(*) Para ações em circulação na data do balanço

Ordinárias					
Valores unitários por ação	dez/22	dez/21			
Juros sobre o capital próprio bruto	0,45154	0,43211			
Dividendos	0,45345	0,43211			
Total proposto para distribuição	0,90499	0,83211			

Data da deliberação					
deliberação	Forma	Valor Bruto	Valor por ação	Valor líquido	Data de pagamento
16.09.22	JCP	32.413	0,2249	29.913	07.11.22
23.12.22	JCP	32.689	0,2268	30.068	04.04.23
28.04.23	Dividendo	65.378	0,4535	65.378	a definir
		130.480	0,9052	125.359	

O saldo a pagar de R\$ 98.067 contempla a parcela relativa ao dividendo de R\$ 65.378, a parcela de JCP deliberada em 23 de dezembro de 2022 com data de pagamento para 04 de abril de 2023 de R\$ 32.689 e saldos de parcelas anteriores.

27. RECEITAS
Abaixo apresentamos a conciliação das receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

Controladora				
	2022	2021	2022	2021
Receita bruta para fins fiscais	5.331.855	4.376.505	11.025.432	7.632.376
Devoluções e abatimentos	(19.726)	(56.373)	(180.156)	(164.320)

Receitas líquidas de devoluções e abatimentos				
	2022	2021	2022	2021
Receitas	4.911.577	3.971.845	10.748.416	7.082.535
Receitas				
Mercado Interno	1.697.637	1.412.338	2.828.137	1.600.201
Mercado Externo	3.213.940	2.559.507	7.920.279	5.482.334
Receitas líquidas	4.911.577	3.971.845	10.748.416	7.082.535

O crescimento reflete as combinações de negócios ocorridas em 01 de outubro de 2021 (aquisição da Teksid) e 01 de dezembro de 2022 (aquisição da MWM) além de passagens de custos e reconspção de preços.

28. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
Abaixo, apresentamos a composição dos custos e despesas por natureza, conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

Controladora				
	2022	2021	2022	2021
Materia prima e materiais de processo	(2.443.304)	(1.946.830)	(5.022.579)	(3.526.875)
Materiais de manutenção e consumo	(224.528)	(213.268)	(643.125)	(489.516)
Salários, encargos e participação nos resultados	(875.694)	(716.386)	(1.847.452)	(1.349.943)
Benefícios sociais	(104.624)	(90.986)	(144.785)	(95.847)
Energia elétrica	(173.127)	(158.950)	(609.575)	(343.919)
Fretes e comissões sobre vendas	(319.633)	(116.472)	(453.066)	(241.341)
Honorários da administração	(29.717)	(17.200)	(29.717)	(17.200)
Outros custos	(42.866)	(44.304)	(170.231)	(140.254)
	(4.143.493)	(3.639.839)	(8.910.707)	(6.204.895)
Depreciação e amortização	(140.154)	(110.575)	(330.351)	(307.968)
Total de custos e despesas	(4.353.647)	(3.444.971)	(9.241.058)	(6.512.863)
Custo dos produtos vendidos	(3.777.632)	(3.122.443)	(8.290.779)	(5.958.810)
Despesas com vendas	(363.344)	(143.095)	(618.300)	(300.616)
Despesas administrativas	(212.671)	(179.433)	(331.985)	(253.437)
Total de custos e despesas	(4.353.647)	(3.444.971)	(9.241.058)	(6.512.863)

O crescimento reflete as combinações de negócios ocorridas em 01 de outubro de 2021 (aquisição da Teksid) e 01 de dezembro de 2022 (aquisição da MWM) além dos impactos da inflação de matérias e dos fretes.

NOTAS EXPLICATIVAS

No segmento transporte de carga, infraestrutura, agricultura e geração de energia existem clientes que individualmente representam mais de 10% das receitas consolidadas, conforme informações abaixo:

Consolidado - R\$ mil				
	2022	2021	2022	2021
Recargas				
Transporte de Carga, Infraestrutura, Agricultura e Geração de Energia	9.779.458	96,1	6.748.877	95,3
Clientes B	1.614.149	15,9	1.371.808	19,4
Membres clientes do segmento	1.537.093	15,1	1.223.992	17,3
Distribuição	6.628.216	65,1	4.153.073	58,6
Total Recargas	10.178.416	100,1	7.082.535	100,0

A composição das vendas do segmento de distribuição é pulverizada. **e) Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas:** As receitas provenientes de clientes, atribuídas ao país sede e a cada país estrangeiro e sua participação nas receitas totais da Companhia para o exercício estão compostas abaixo:

Consolidado				
	2022	%	2021	%
América do Norte	5.088.567	50,0	4.140.553	58,5
Estados Unidos	3.086.697	30,3	2.477.716	35,0
México	1.921.654	18,9	1.623.754	22,9
Canadá	80.210	0,8	39.083	0,6
América do Sul e Central	2.896.905	28,5	1.656.341	23,4
Brasil - País Sede	2.828.137	27,8	1.600.201	22,6
Brasil - Outros países	68.768	0,9	56.140	0,8
Europa	1.812.700	17,8	954.759	13,7
Países Baixos	417.420	4,1	317.084	4,5
Suécia	233.361	2,3	183.574	2,6
Polónia	176.099	1,7	138.832	2,0
França	131.316	1,3	36.243	0,5
Itália	627.591	6,2	149.887	2,1
Alemanha	131.167	1,3	60.660	0,9
Outros países	151.746	1,5	18.470	1,1
Ásia, África e Oceania	380.250	3,7	303.889	4,4
Índia	17.935	0,2	8.242	0,1
África do Sul	28.090	0,3	90.600	1,3
China	87.834	0,9	57.772	0,8
Outros países	37.525	0,2	13.950	0,1
Total	10.178.416	100,0	7.082.535	100,0

f) Ativo não circulante: Ativos não circulantes nesse caso correspondem a investimentos em instrumentos patrimoniais, propriedades para investimentos, imobilizado e ativos intangíveis e sua participação nos ativos não circulantes da Companhia para o exercício estão compostas abaixo:

Consolidado				
	2022	2021	2022	2021
Ativos não circulantes				
Brasil - País Sede	1.585.216	-	1.085.981	-
México	1.132.466	-	1.142.207	-
Portugal	33.887	-	47.473	-
Outros países (*)	5.636	-	410	-
Total	2.756.605	-	2.276.071	-

(*) Estados Unidos e Alemanha

g) Efeito comparativo denominação anterior Hidráulica: Com propósito comparativo estão demonstrados abaixo as informações do segmento de Hidráulica tal qual a classificação do ano anterior.

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

Controladora				
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes dos efeitos fiscais	598.962	315.907	643.078	288.027
Alíquota de imposto de renda	34%	34%	34%	34%
Despesa com alíquota	(203.647)	(107.409)	(218.646)	(97.929)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Imposto adicional das empresas de serviços - México	-	-	(217)	(7.918)
IRPJ/CSLL Indebido Tributário	21.836	-	21.836	-
Receita financeira sobre ativos monetários	-	-	-	6.464
Incentivos fiscais Reintegra	1.051	834	1.051	834
Depreciação de ativos não operacionais	(140)	(210)	(140)	(210)
Efeito da correção do ativo imobilizado	-	-	2.480	2.498
Juros sobre o capital próprio	22.135	21.182	22.135	21.182
Equivalência patrimonial	88.875	(115.119)	-	-
Imposto adicional das Subsidiárias	(12.962)	-	(12.962)	-
Demais (adições) exclusões permanentes	(7.838)	(10.977)	746	(7.242)
Receitas (adições) exclusões permanentes	(90.690)	(111.699)	(183.717)	(82.321)

